

Monetarismo educacional

EMIR SADER

Se, há alguns anos, se imaginasse como seria o desempenho no campo da educação de um governo presidido por Fernando Henrique Cardoso e tendo Paulo Renato Souza como ministro da área, se poderia supor que o país teria sido invadido, já no seu primeiro ano, por uma imensa mobilização e por atos concretos que tornassem a educação a prioridade número um do Brasil. É certo que houve reconversões ideológicas no meio do caminho, na direção do neoliberalismo, que culpabiliza os gastos estatais e faz cair particularmente sobre as políticas sociais a ira do cruel ajuste fiscal.

Somente isso pode fazer entender que, apesar dos dedos da mão espalmada e da promessa em campanha de que não seriam os ministérios econômicos, mas os de educação, saúde e agricultura, os fundamentais, falar do desempenho educacional no primeiro ano do Governo FH significa, antes de tudo, dirigir-se aos ministérios econômicos — a Pedro Malan e a José Serra — para saber dos problemas orçamentários.

Por ali ficamos sabendo que, no Orçamento do ano passado, foram reservados US\$ 6 bilhões para a educação e a saúde e US\$ 26 bilhões para o pagamento das dívidas interna e externa — isto é, transferência líquida de ativos públicos para o setor privado, mais especificamente para o capital financeiro, nacional e internacional. Não seria estranho, então, que sobrassem poucos recursos para a área social, uma vez aceita a lógica do ajuste fiscal neoliberal. Mais ainda se somos informados pelo próprio Governo que os US\$ 26 bilhões da dívida em 1995 serão 35 neste ano. O endividamento estatal bateu seu recorde, chegando aos US\$ 108 bilhões no caso apenas da dívida interna federal e a mais de 200 no total, não devido a gastos com a educação ou a saúde, ou com pagamento do funcionalismo, mas por causa da taxa de juros mais alta do mundo, isca e segredo do "milagre" da estabilização financeira. Entre as vítimas privilegiadas dessa prestidigitação estão as políticas sociais, a de educação entre elas. E sendo membro do partido dos ministros econômicos, o ministro da Educação não primou pelas reivindicações de recursos suplementares para sua área — ao contrário do ministro da Saúde, Adib Jatene — o que revela sua identificação com a lógica perversa do ajuste fiscal.

Se entrarmos diretamente nas iniciativas da área educacional neste primeiro quarto do Governo FH, vemos a outra cara do ajuste fiscal: a edificação da ideologia baseada nos princípios de "produtividade" e "eficá-

cia", ao lado da retirada gradual do Estado em suas responsabilidades diretas na educação. Isso fica claro na principal iniciativa institucional na área — a proposta de emenda constitucional enviada ao Congresso Nacional. Ao propor a redistribuição dos recursos fiscais dos estados e municípios, o MEC pretende desincumbir-se de suas responsabilidades, ao projetar um fundo composto apenas por recursos estaduais e municipais, retirando ao mesmo tempo da Constituição a obrigatoriedade de investimentos de 50% dos recursos originários da vinculação de 18% das receitas de impostos federais, na educação fundamental e na erradicação do analfabetismo. Com isso, o Brasil já completa oito dos dez anos previstos no compromisso internacional com a Unesco para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental sem avançar nessa direção. Cumprido esse prazo, o país passa a ser passível de processo por incumprimento de uma responsabilidade básica de qualquer governo minimamente democrático. É proposto igualmente o fim da gratuidade dos cursos de especialização e de aperfeiçoamento nas universidades públicas, alterando também a autonomia universitária, restringindo-a.

Culpando a má distribuição e não a exigüidade de recursos como fator das carências materiais da educação brasileira, o MEC propõe sua redistribuição e não seu aumento. O Brasil gasta valores menores do que 4% do PIB em educação. Esse dado, publicado pela Unesco para 1992, foi repetido em 1995.

Quanto à remuneração dos

professores, o

MEC recua dos

R\$ 300 como sa-

lário-piso, para

esse montante

como salário

médio. Ainda

assim, não es-

tão definidos os

recursos para a

concretização

dessa medida,

sempre na de-

pendência da li-

beração por

parte das autoridades econômicas. Para completar o quadro — que produz uma rejeição generalizada entre os professores de todos os graus em relação à gestão do atual ministro da Educação — acrescentemos que os reitores entraram na Justiça em dezembro passado contra ele — ex-reitor da Unicamp — por falta de repasse dos recursos devidos às universidades.

Se o presidente considerou Paulo Renato Souza seu melhor ministro, deve ser por não ter causado problemas à política econômica — coração de um governo sem coração — e não por ter colocado no Brasil as bases de uma revolução educacional, que se poderia esperar, há alguns anos, do binômio FH-Paulo Renato Souza, antes de sua reconversão neoliberal.

EMIR SADER é professor de sociologia da USP.